

a VOZ de MELGAÇO

Quinzenário católico e regionalista

Director e Administrador:
P.e JÚLIO HILARIÃO VAZ

Redacção e Administração provisórias: Residência paroquial de Melgaço
Propriedade e impressão da «Empresa do Diário do Minho, Limitada» — Braga
AVENÇA

Chefe da Redacção e Editor:
CARLOS ANTÓNIO VAZ

CUSTO DA ASSINATURA ANUAL 15000
ANO IV

MELGAÇO, 15 de Fevereiro de 1950

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA
N.º 13

Acabem com isso! A ROMARIA DA PENEDA e mais as outras..

VI

O nosso prezado colega «O Século» profligava, há dias, com aquele desembaraço que lhe é peculiar, a «falta de atenção e afabilidade com que grande parte do pessoal das repartições atende o contribuinte», o «desprezo soberano com que algumas repartições dos serviços públicos ignoram as perturbações que causam ao trabalho e aos interesses de cada um, forçando-o a demoras inexplicáveis com exigências escusadas», e a «omnipotência, a soberania, o desdém e, muitas vezes, o incompreensível e revoltante desprezo com que são recebidos e atendidos quantos têm necessidade de se dirigir às repartições públicas».

De tudo isto há, infelizmente, em abundância, como é fácil verificar, e bem cabida e oportuna é, por isso, a crítica daquele jornal. Se num inquérito fosse aberto o assunto, não faltariam depoimentos extremamente elucidativos sobre aquilo a que poderíamos chamar o complexo psicológico do mau funcionário público. Lago que se anicha, em modesto lugar que seja, passa imediatamente a considerar-se uma autoridade, um dono, uma pessoa muito acima do cumulo dos mortais, sobretudo dos que a ele têm de recorrer, para tratar de qualquer assunto. Que esteja ali, pago, para servir e não para se servir, para atender e não para repelir e muito menos humilhar, para cumprir um dever e não só para receber um ordenado, nem pela cabeça lhe passa.

Não é, porém, necessário repisar. O que por aquele órgão da imprensa foi dito é bastante e merece o aplauso de toda a gente bem formada. Só não agradará, porventura, aos justamente visados, porque, no dizer do nosso povo, a culpa jamais conseguiu quem a quisesse e ficou, por isso, solteira.

Mas há mais alguma

coisa, igualmente importante, que não chegou a ser abordada nos artigos de «O Século», e bem merece ser posta em foco. Em muitas repartições grassa outro mal que carece de urgente e radical correctivo.

Por elementar princípio de educação, de respeito e de disciplina, se não por imposição regulamentar, parece que, nos serviços públicos, ninguém devia ser incomodado por causa das suas crenças religiosas nem registar-se qualquer ataque à religião tradicional do país. Mas, segundo nos informam, nem sempre acontece assim. Bom número de funcionários, eivados mais de falta de mentalidade do que de mentalidade chamada esquerdista, atacam, a propósito de tudo, a religião católica e vêm com maus olhos os colegas que a professam.

Alguns fazem-no por ódio à actual situação política. Primários como são, confundem religião com política e católico com situação.

Desejariam, é claro, insurgir-se contra o Estado Novo, bater no governo, mas falta-lhes a coragem. O Governo dispõe de polícia, tribunais e cadeias, e pode ser o diabo. O melhor, e mais fácil, e isento de perigo é falar contra a Igreja e os padres, habitualmente pacientes e inofensivos e privados daqueles meios coercitivos. São uns heróis estes adversários do catolicismo por tabelal.

Fazem-no outros por jeito que lhes ficou de tempos anteriores ao «28 de Maio», quando republicanismo e anticlericalismo eram sinónimos, e, para ter gamela, indispensável se tornava dar provas de livre pensador, ou seja, de inimigo da Igreja. Julgava-se então que as repartições públicas deviam ser feudo exclusivo dos «bons republicanos» — quem viveu nesses tempos sabe o que isto significava — e não

falta, ao que se vê, quem, ainda hoje, seja do mesmo parecer.

Fazem-no ainda outros porque vêm na religião a reprovação formal da sua

(Continua na 4.ª página)

Efemérides

Em 2 de Fevereiro de 1908, quando a procição de N.ª Sra. das Candeias, em Remoães, se preparava para sair chegou àquela freguesia uma ordem do administrador do concelho de Melgaço para que a festividade fosse suspensa por motivos do duplo assassinato del rei D. Carlos e do Príncipe herdeiro, em vistas do que a referida procição já não saiu e a festa ficou sem efeito.

Em 3 de Fevereiro de 1894, pelas 10 horas da manhã, finou-se com 23 anos de idade, D. Beatriz Augusta Ribeiro Durães, esposa do dr. António Joaquim Durães e filha do dr. Carlos João Ribeiro Lima, ao tempo, respectivamente, conservador do Registo Predial e presidente da Câmara Municipal de Melgaço.

Os officios fúnebres de corpo-presente de tão virtuosa finada tiveram lugar no convento das Carvalhais com a assistência de mais de 60 clérigos.

Em 6 de Fevereiro de 1900, faz agora meio século, faleceu na sua casa da Portela, de Paderna, Lourenço José Ribeiro de Figueiredo e Castro. Era casado com D. Maria Joaquina Mendes Ribeiro e foi pai dos srs. Salvador, Eleutério, Joaquim, Claudino, António Xavier e do consagrado médico melgacense dr. Victoria da Glória Ribeiro de Figueiredo e Castro.

Já que estou com as

Há quem estranhe ver os mesários a esforçarem-se por reconduzir a romaria da Peneda ao seu justo lugar.

Dantes não era assim. Quero referir-me à romaria e aos mesários. A romaria não tomava aspecto

alheio à doutrina da Santa Igreja e os mesários, livres de tal preocupação, punham todo o seu empenho em melhorar o Santuário promovendo obras em ritmo constante.

Transportemo-nos ao século dezoito e vamos esfolhear velhos tomos e encontraremos «que dentro do limite da freguesia da Gaveira se acha o magnífico Santuário da Virgem Santíssima com a invocação das Neves da Peneda... e na mesma Igreja da Peneda há uma Irmandade que administrou vários e diversos officios, recebendo as avultadas esmolas dos fiéis conforme seus estatutos e provisões reais, no qual santuário há muitos e bons quartéis edificados para agasalho dosromeiros que concorrem por todo o tempo do ano especialmente nos meses de Agosto e Setembro e com clamores de várias Igrejas que constam dos estatutos memoriais da mesma confraria...»

Mas quê?

Administrar avultadas esmolas? E nesse tempo havia aqueles dias de pagãos divertimentos em Setembro?

Não tenhais medo, mesários de nossos dias, de

(Continua na 4.ª página)

Serviço de cobrança

Foram já muitos os nossos prezados assinantes que, de sua livre vontade, pagaram a sua assinatura, enviando nos, até, 20\$00 uma boa percentagem deles. Como já estamos em Fevereiro, e, para evitarmos a despesa de cobrança, pelo correio, pedimos a todos os nossos prezados assinantes se dignem dirigir-se à Administração do jornal, a fim de fazerem o pagamento da sua assinatura.

Desde já fica muito agradecida a

ADMINISTRAÇÃO

(Continua na 3.ª página)

PELA NOSSA TERRA...

DA VILA E ALDEIAS

O TEMPO E A AGRICULTURA

O mês de Janeiro, de modo geral, decorreu todo com tempo frio e seco, não se tendo esquecido de ao seu último dia nos mimosear com uma respeitável saraiçada.

Fevereiro entrou com neve; e, logo nos dias 2, 3 e, muito especialmente no dia 4 fustigou-nos com violento temporal que além doutros estragos de maior monta destelhou muitas casas.

Tem trovejado e chovido copiosamente o que é bom para o rio Minho, cuja época de pesca começa já no próximo dia 15, podendo, assim, os nossos pescadores tirar a desfora dos dois anos anteriores que durante eles, devido à insuficiência de água, quase não se estrearam; e, já se vê, podendo nós também saborear as apetitosas lampeiras a preços mais convidativos.

Para a agricultura a chuva é igualmente benéfica; pois lá diz o estafado estrebilho: — "Quando não chove em Fevereiro não há bom prado nem ceiteio." Não rima, mas para o caso tanto dá.

Quanto às culturas da época, para já, apresentam-se com aspecto satisfatório.

FESTIVIDADES

Com um dia de vigoroso temporal, realizou-se na encantadora freguesia de Remoães, em 2 do corrente, a tradicional festividade em honra de Nossa Senhora das Candeais.

Constou de missa solene, sermão pelo distinto orador sagrado rev. sr. P. Carlos Vaz, muito digno Arcipreste concelhio, e procissão.

Foi abrilhantada toda pela filarmónica de Riba de Moura e a do Augusto Cesteiro.

Também no dia 3, e com um tempo ainda mais invernosco, teve lugar na histórica capela da Orada, a costumada festividade em honra do glorioso Bispo-mártir S. Brás. Constou de missa cantada, sermão pelo referido orador e procissão.

Esta foi abrilhantada pela laureada Banda do B. V. de Melgaço.

SANTA CASA DA MISERICORDIA

Pelo Ministério do Interior, Direcção Geral de Assistência, foi concedido no corrente ano à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia deste concelho o subsídio de 36.000\$00 Trinta e seis contos... dadas as muitas necessidades daquela benemérita instituição, não é demais mas nada seria muito menos.

Bem haja, pois, o Governo da Nação.

MERCADO SEMANAL

Devido ao rigoroso temporal que no dia 4 fez; diz-nos a nossa «reporter» que no mercado semanal não apareceram uma dúzia de espositores, pelo que «nón biu us» preços. E como «nón biu» paciência.

CASAMENTO

Por notícias recebidas, sabemos ter-se realizado, em 9 do corrente, na Igreja parochial de Anha, Viana do Castelo, o enlace matrimonial do nosso particular amigo e assinante sr. Manuel Faustino com a sra. Ana Gonçalves Deira daquela freguesia.

Paraninfaram o acto, por ambos os nubentes, o sr. Alfredo Correia Figueiras e a sra. D. Maria de Lourdes (Pedro).

Finda a cerimónia, foi servido em casa dos pais (da noiva a inúmeros convidados um opiparo banquete.

Aos recém-casados, que são possuidores de excelentes dotes morais, desejamos um lar muito venturoso e as felicidades de que são dignos.

NOTÍCIAS PESSOAIS

Vindo de Lisboa, onde era empregado na acreditada «Pastelaria Marques» encontra-se no lugar das Varzeas, desta vila, o nosso estimado amigo sr. António de Carvalho. Deve embarcar para a Argentina logo que tenha transporte.

— Fazem anos: — No dia 16 do corrente, as sr. as D. Albina Passos de Almeida e sua irmã D. Leonídia de Vasconcelos Passos Pereira; no dia 20 a sr. a D. Aurora Augusta Domingues Soares; no dia 24 o sr. Alcindo José Alves; e no dia 26 a sr. a D. Ludu-

vina da Rocha Fernandes Pinto.

— Em 9 do corrente, recomçou a conduzir a caminheta da carreira Monção-S. Gregório o nosso prezado amigo sr. Emídio Marães, distinto motorista deste concelho, que se achava suspenso em virtude de um atropelamento ocorrido em Janeiro findo e do qual não teve culpabilidade alguma.

TRISTE SITUAÇÃO A NOSSA! — Há mais de duas semanas que por aqui não aparece o pobre fisco de qualquer espécie. Do que nos vinha das nossas primas não estranhámos a falta, visto que raríssimas vezes nos visitava e agora com os recumbentes temporais que assolam a costa mais se justifica a sua ausência; porém, do que *nostros hermanos* nos costumávamos mandar da outra banda desse, sim, estrechamos e muito a sua desejada companhia nesta terra. Dizem-nos que são as autoridades fiscais que não permitem a entrada do mesmo. Certamente ordens superiores que receberam e que forçosa e incondicionalmente se rio que cumprir, pois já dizia o nosso imortal Epico: — «Cesse tujo quando a antiga musa canta que outro valor mais alto se levanta».

As baquinhas também vão rareando cada vez mais; se bem que em alguns estabelecimentos comerciais deste concelho vão aparecendo algumas, estrangeiras, a 2550 o quilo...

Quando a batata de Castro também tem aparecido algumas, ao preço de 70500 o nosso alqueire de 30 litros...

Quer dizer: a razão de 3\$50 o quilo!!!

Alega-se como justificação deste desonrado abuso ser contra o costume antigo o preço da batata regular pelo do milho.

Orá... orá... orá... Também dentre era costume um cavador de enxada ganhar um jornal equivalente a um quarto de milho e hoje custa 28500 a refeição medida ao passo que o cavador tem que se contentar com 16 ou 18500 diários.

Costume era também ir-se de Melgaço a Castro a pé ou eschanchado sobre o dorso duma mula por caminhos intransitáveis, e hoje já se vai de automóvel.

Costume é o que se lhe deve chamar em bom português a estes inqualificáveis abusos.

Terminamos como começamos, repetindo: — Triste situação a nossa!

Chaviões, 10

Já principiaram os trabalhos de reparação no caminho de Quintas. O povo acolheu bem o apelo feito pela junta e regedor, contribuindo com o seu trabalho.

A Câmara deu o subsídio de mil e quinhentos escudos. A junta, além do

seu esforço, concorreu com mil escudos. Dirige os trabalhos o Sr. Regedor. Fica uma autêntica estrada. Pena é não se concluir neste ano!

— As juventudes católicas desta freguesia contemplaram diversas crianças e velhinhas, dentre os mais necessitados, com agasalhos, na quadra do Natal. Bem hajam.

— Receberam o Santo Baptismo as meninas: «Célia da Conceição Araújo», filha de João Reis de Araújo e Júlia da Conceição Pires, — e «Maria de Fátima Alves», filha de Artur Marques Alves e Maria Estrela de Sousa, comerciantes na Portela do Couto, senão a primeira neta do sr. Regedor desta freguesia.

— Consorciaram-se — Fabiano de Jesus da Costa com a menina Arminda da Conceição Cunha, no dia 1 de Janeiro, e Manuel Maria Alves com a viuva Fidelquina de Jesus Fernandes. A todos muitas felicidades.

— Já se encontra quase restabelecida da enfermidade, que a reteve no leito dois meses, a sra. Ana Joaquina Rodrigues.

— Esteve nesta freguesia, em serviço de pregação, o Rev. mo Sr. Abade de Riba de Moura. Como sempre, deixou as melhores impressões. — C.

Prado, 8

Após prolongado sofrimento e contando apenas 24 anos de idade, finouse nesta freguesia, pelas 21 horas do dia 30 do mês findo, o sr. Manuel Luís Gonçalves Ribeiro, antigo ajudante do notário desta comarca, já falecido, e da sra. D. Helena da Paz Soares Calheiros, a quem, bem como à demais família entulada, enviamos sentidos pesames.

O saudoso extinto, que, pelo seu fino, liano e amável trato, gozava de gerais simpatias, era filho do sr. Justino Gonçalves Ribeiro, antigo ajudante do notário desta comarca, já falecido, e da sra. D. Helena da Paz Soares Calheiros, a quem, bem como à demais família entulada, enviamos sentidos pesames.

O funeral do desdido Manuel Luís realizou-se na manhã do dia 1 do corrente, tendo-se incorporado nele numerosas pessoas, nem só daqui como também da Vila e doutras freguesias, e da residência do finado até à Igreja parochial, onde foram celebrados officios de corpo-pneque com a assistência de 5 clérigos, e dali até ao cemitério organizaram-se várias tuças para pegar as borlas.

Dirigiu o préstito o sr. Adão Marinho, sócio-gerente da firma «Esteves & Filhos» a cargo da qual estiveam os serviços funebres, e recolheu a chave do túmulo o sr. dr. Carlos Luís da Rocha, presidente do nosso Município.

Que repouze em paz.

— Tivemos a subida honra de cumprimentar nesta freguesia, num dos últimos dias de Janeiro, o nosso inestimável amigo sr. P. Manuel António Bernardo (Pillor), zeloso pároco de Riba de Moura, Monção.

— Também passou alguns dias entre nós o nosso amigo Manuel Faustino. Retirou para Viana, onde foi contrair matrimónio com Ana Gonçalves Deira.

— Pedim-nos a sra. D. Mariana Albertina da Silva e a menina Adelaide Gomes de Sousa para que por intermédio deste concelho, ou quando tocarem público o seu imóvel, e reconhecimento agradecimento para com todas as pessoas que lhes entregarem doações, assim de socorro o falecido Manuel Mendes durante a sua penível doença, o que graciosamente fazemos. — Em nome das referidas senhoras, a todos, pois, um grande Muito Obrigado e que Deus lhes pague. — C.

Paços, 13

Vão realizar o seu casamento Constante Alves Peres com Gracinda Maria Esteves, do lugar da Granja. Desejamos-lhes muitas felicidades.

— No passado dia 7 do corrente, nasceu no lugar de Sá um menino, filho de José de Jesus Bailão e de Sara Moreno Pereira.

— Caiu sobre esta freguesia uma tremenda chuva, como aliás em todo o concelho. O rio Minho vai cheíssimo. — C.

S. Pato, 10

Realiza-se brevemente o enlace matrimonial da menina Sara Barreiros, das Cabecas, com o sr. Manuel Afonso, do Regueiro. Desejamos-lhes perene lua de mel.

— Certas pessoas que moram nas proximidades dos montes costumam violar o direito da propriedade particular, cortando madeiras e o próprio tojo. Pede-se à Guarda Republicana para ultrapassar a estrada até aos montes, cumprindo com o policiamento rural, autuando todas as pessoas suspeitas que sejam encontradas com feixes de lenha.

— Faleceu, no passado dia 16, no lugar da Carpinteira, a sr. Margarida de Oliveira, esposa do sr. Francisco Soares. A toda a família entulada apresentamos sentidas condolências.

— O carnaval já começa a fazer bonitas coisas por esses serões além. Já tem oferecido banquetes de «farta bofetada» e pancadaria «à moda de Fafe». — C.

Castro Laboreiro, 5

Depois duma grande estiagem, veio a chuva tão desejada, acompanhada de grandes nevasdas, as quais atingiram nos sítios mais altos desta freguesia a espessura de mais de 0,50m.

O dia de ontem foi o de maior invernía, tendo o volume das águas do rio Laboreiro atingido pontos que os nativos desta terra, se não lembram que os tivesse atingido, estando, porém, os lavradores satisfeitos, por verem a expectativa de um ano agrícola melhor do que o que findou.

Quando procedia ao amparo de um carro de lenha, este voltou-se indo atingir na coluna vertebral o Sr. Manuel Victorino Xavier residente em Várzea-Travessa, o qual depois de tratado se encontra quasi bom.

A fim de marcar o ramal de estrada que liga à Igreja Paroquial, deslocou-se a esta freguesia o Sr. Engenheiro Valença de Viana do Castelo.

Seguindo o exemplo de iniciativa da Comissão Abastecedora de milho da Freguesia de Rouças, tem chegado a esta freguesia algumas quantidades de milho continental para abastecimento da população da mesma, graças à boa vontade dos Srs. Domingos António Domingues, da Vila e Augusto Joaquim Domingues, de Portelinhã.

Regressou do Porto, para onde tinha seguido a fim de ser submetido a uma operação cirúrgica o nosso amigo José Joaquim

Afonso, guarda fiscal no Posto de Portelinhã.

Regressaram à França, depois de passarem algum tempo junto de suas famílias os Srs. José Rodrigues e Oliveiros Rodrigues, dos lugares de Adofreire e Vido (Várzea-Travessa).

Chegaram deste mesmo País os Srs. Manuel Afonso de Várzea Travessa, Manuel Francisco Rodrigues e Adelino Domingues do lugar das Cãnicadas.—C.

Cachorro

COMPRO, indicações e preço a Joaquim Piteira — Travessa da Falagueira n.º 13 — Amadora.

Rouças, 9

Faleceu nesta freguesia, no lugar de Corçães, a sra. Clementina Rosa de Carvalho, cujo funeral foi muito concorrido. Pesa-me à família.

A vinte e dois de Janeiro, foi baptizado um menino do lugar da Cela, filho do sr. José Domingues e esposa Emília Domingues, a quem foi posto o nome de Armando.

Também no dia 28 de Janeiro foi baptizado outro menino do mesmo lugar e filho do sr. Manuel Rodrigues e esposa Beatriz Esteves.

E no dia 3 do corrente o menino António, filho de José Taboas e sua esposa Maria Meleiro, de Bilhões.

Está anunciado para breve o casamento do tesoureiro da Juventude, sr. Manuel Domingues, com a prezada menina, Purity de Araujo, do lugar de Oleiros.

Continua a poda das videiras e os altos dos

montes, com Pernidelo à frente, oferecendo-nos, há dias, um aspecto deslumbrante de brancura. Sua magestade a neve por ali esteve alguns dias.

Continuam alguns lavradores a fornecer a refeição aos meninos pobres da escola, o que muito os honra.

Tem estado mal de saúde a sra. Joaquina de Oliveira, de Surribas, a quem desejamos prontas melhoras.—C.

Cartazes

Programas—Prospectos executam-se aos mais baixos preços nas

Officinas Gráficas do DIARIO DO MINHO

— BRAGA —

A SAMARITANA

DE

Hilário Alves Gonçalves

PRAÇA DA REPUBLICA — MELGAÇO
(Casa fundada em 1927)

Lanificios para fatos de homem; Fazendas de lã e de seda, para vestidos e casacos de senhora; Fantasias e tecidos de algodão das ultimas novidades; Camisaria; Gravatas; Chapéus Guarda-sois; Calçado para homem, senhora e criança; Malhas e Miudezas; Perfumarias e artigos de Beleza; Brinquedos e Bijouterias; Artigos eléctricos e T. S. F.; Papelaria e artigos para escritório; Confeitarias; Mercenarias, Vinhos finos e Espumoso

Correspondente da Companhia de Seguros «Tranquillidade»
— Encarrega-se de instalações eléctricas —
A máxima seriedade nas suas transacções.

Efemérides

(Continuação da 1.ª página)

Em 18 de Fevereiro de 1917, o rev. António Domingues (Amigo), vindo de Paços, cuja freguesia pastoreava, tomou posse da do Divino Salvador de Paderme, onde ao presente se conserva.

Em 20 do mesmo mês e ano, quando o Sr. P.º Custódio Domingues pregava na Igreja de S. Paio deste concelho o sermão das «Quarenta Horas» desabou o côro da mesma causando grande pânico entre os circunstantes e apañhan-

do algumas mulheres. Felizmente, não houve senão contusões.

Em 24 de Fevereiro de 1913, o dr. António Augusto Durães tomou posse do cargo de administrador do concelho de Melgaço.

Em 25 de Fevereiro de 1900—faz agora 50 anos—às cinco e meia horas da tarde, faleceu no seu solar do Pêso (o prédio onde actualmente se acha instalado o hotel do Figueirôa) o dr. António Augusto de Castro Sousa e Menezes, fidalgo da Casa Real de Bragança, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e pai do 1.º Visconde do Pêso.

O seu funeral realizou-se, por determinação sua, na Matriz da Vila, tendo os seus restos mortais ficado provisoriamente depositados no jazigo de José Cândido Gomes d e Abreu.

E, para terminar, acrescentarei que em 27 de Fevereiro de 1913, se finou em Paderme D. Maria Joaquina Mendes Ribeiro, filha de D. Ana Luísa Mendes, natural de Cevede, Cristóvão, e viuva de Lourenço José Ribeiro de Figueirêdo e Castro, descendente dos nobres e ilustres Castros de Melgaço.

MARIO

FOLHETA DE «A VOZ DE MELGAÇO» 9

REI OU IMPOSTOR?

Crónica portuguesa por J. T.

Mendo Pacheco, vindo nestas palavras uma sentença segna, fez com a cabeça afeita de intelligência. O desconhecido soltou a red-a da mala que se portava com a mão, e fuzos, descolpê-dos-reconhecidos, foram caminhando a par, sem que a beza gansasse sobre o cambelero maior expiação.

As palavras misteriosas que ouvia da boca de D. Francisca, na Torre Velha, não tinham satisfido a curiosidade do médico. Como homem não cedia da natural curiosidade da mulher, se não nos meios que sabia empregar para disfiar-a. Como médico, as exigências da vida lhe tinham consumido o espirito à mais escurpuzosa intelligencia. Porisso o alexandado Mendo lembrou-se de interrogar artivamente o seu

guia, a ver se obtinha revelação que o instruisse sobre o que envolviam em tamanho misterio.

As diligências foram, porém, balçadas. As respostas que obteve deixava um-lhe o espirito na mesma divisa, que o desconhecido ou ignorava efectivamente, ou fingia ignorar, tanto como Mendo Pacheco, quem era o personagem em enfermo.

Chegaram enfim ao termo da jornada. Apeados à porta de uma casa de pobre aparência, mas interiormente adornada com arte e comodidade possíveis, tinham Quatro homens, todos desconhecidos, e parceram a reconhecer o médico, e reconhecer a ella bem a sua intelligencia, o latrodiziam rima pequena ca-za interior, onde estendido sobre uma cama estava um ho-

mem, a quem uma como máscara de tafetá escuro, cobria a maior parte do rosto.

O medico aproximou-se do leito. Os desconhecidos levantaram a roupa da cama, tanto quanto bastasse para que visse a penca da filha do enfermo. Na barriga da penca, pouco a cima do tornozelo, lhe apparecia uma ferida, ao que mostrava obta de arma de arremesso, mas já tão inveterada e ulcerosa, que quase tocava o termo da gangrena. Mendo Pacheco viu tudo atentamente, e perguntou que applicações tinham feito até ali. O doente permaneceu mudo, nenhum dos quatro falou, mas um d'elles lhe apressou uma pequena caixa de pasta com engenho.

— É só disto que tem usado? — perguntou o medico.

— Só disto — respondeu um. Teve que camuflar muito, e foi impossivel até agora proporcionar-lhe outros medicamentos.

Reparando no laconismo das respostas, e economia de palavras que naquella casa se fazia, o medico teve por melhor partido começar o curativo, obrando e calando como todos que o rodeavam. Concluida esta pri-

meira operação, conduziram-o a outra casa, em que devia alojarse, até que tivesse completado a cura. Foi ali que os quatro desconhecidos lhe fizeram algumas perguntas sobre o estado politico do reino, sobre o governo de D. Henrique, e modo de pensar dos povos a que hoje se chama opinião pública, e não e opinião senão um particular. Mendo Pacheco respondeu o que sabia, ou presumia saber, mas sempre embaçado; porque, além de falar a desconhecidos, que naturalmente respiram continencia a prudentes, tinham elles as palavras tão animadas, as vistas tão significativas, e o proceder tão misterioso, que tinha desistido em causa que os desconfiasse. O enfermo, esse só o via quando o pensava, e sempre com o rosto coberto, sem que tivesse outras palavras para lhe dirigir senão as de: — «Então melhor depressa?» — Estas aberturas aproveitavam-se sempre

Mendo, procurando estabelecer conversação, dando boas esperanças ao enfermo, falando-lhe da sua ferida, e dirigindo-lhe perguntas indirectas. Mas o paciente não soltava palavra, e todos os seus esforços eram

vãos. Em vinte dias que lhe passou só pode conhecer por suas observações fisicas que o ferido era jovem, mas nunca em todo esse tempo ouvia pronunciar o nome dele, nem o de nenhum dos quatro que o acompanhavam.

Conheceu enfim que a ferida estava próxima a cicatrizar.

Participou-o aos assistentes, dizendo-lhes que para a cura de todo bastava agora a applicação do tingimento comido na caixa de pasta. A sua espiada ali não era já indispensavel para o resto. Depois despediram-se. Aguardaram affectuosamente o serviço do medico, mas não lhe deram gratificação alguma, nem carta, mas somente pedido verbal para D. Francisca, agradecendo-lhe o auxilio que tão oportunamente enviara ao enfermo.

(CONTINUA)



LV-A Senhora da Orada

É possível que nem todos tenham compreendido suficientemente o meu pensamento na última crónica, o referir-me aos clamores da Senhora da Orada. Ao assunto dedicarei artigo especial fora desta secção em um dos próximos números, fazendo desde já votos porque neste Ano Santo de 1950 se organize uma peregrinação concelhã à Orada, dentro das actuais normas disciplinares da Santa Igreja.

§ § §

O mosteiro de Fíães era isento da jurisdição do Prelado diocesano, que foram primeiro o de Tuy, depois o de Ceuta e, finalmente o de Braga. Da Orada, diz o P.e Carvalho na sua *Corografia* publicada em 1706: «Também o Arcebispo não pôde visitá-la por ser de Fíães, mas melhor fora que a visitasse para a mandar venerar, antes que de todo se arruine».

Vê-se que o templo da Orada estava pouco cuidado, mas devemos notar que a obra do P.e Carvalho da Costa deveu levar alguns anos a organizar e por isso julgo que devemos recuar a referência para alguns anos antes das obras de modernização feitas na Orada, nos fins do século dezassete, de cuja memória ainda se vê arrumada a um canto uma pedra solta, sobeja do restauro de há poucos anos, como a inscrição ANNO 1691.

A Orada, porém, estava no território paróquial de Santa Maria da Porta, da Vila de Melgaço, e por isso foi interdita por um visitador da mesma paróquia por os frades não darem as chaves para o templo ser visitado, em data que não pude averiguar. Do facto resta memória no capítulo da visita de 1737, em que o interdito é levantado por causa de se poder cumprir com o legado do P.e Domingos Gomes Lobartinas que tinha disposto se dissessem duas missas por semana na Senhora da Orada.

(Liv. das visitas de Santa Maria da Porta 1729 1812, fls. 17 v.o).

Frete ao templo da Senhora da Orada houve uma arcaria coberta, que na linguagem popular se chama cabido ou alpendre e na erudita galle, nártex ou átrio.

A Direcção Geral dos Monumentos Nacionais não quis acreditar em tal, mas os testemunhos são claros, e as pessoas mais velhas das vizinhanças devem lembrar-se.

Fr. Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano* diz que da vila de Melgaço «vem uma estrada pública que vai para o reino da Galiza e Castela, que passa junto ao *divio* e casa da Senhora».

Pinto Real também menciona a estrada pública que «passando pelo *divio* do Santuário se dirige à Galiza».

José Augusto Vieira é mais explícito no seu *Minho Pitoresco* (pág. 28 do vol. I Impreso em 1886), onde se lê: «O templo, sob cujas arcarias passa a via pública» etc.

Dessa arcaria devia ser o capitel de uma coluna geminada que se vê mais a diante debaixo de umas alminhas à margem da estrada.

Que destino levou esse dito átrio?

Para terminar vou buscar a resposta ao número especial do NOTÍCIAS DE VIANA de 18 de Agosto de 1930, onde se lê a tal respeito: «... Tinha à sua frente uma grande arcaria, sob a qual passava o caminho público. Quando se construiu a estrada, entenderam os entendidos das obras Públicas que para evitar mais uma curva deviam sacrificar o alpendre».

Bernardo Pintor

Novos Assinantes

Registamos com prazer uma agradável certeza: «A Voz de Melgaço» firma-se, de ano para ano, nos seus leitores.

Durante o ano de 1949 registamos 4 suspensões e só de 1 de Janeiro até hoje vieram nos os novos assinantes:

Domingos José Vaz, Melgaço; Norberto José Vaz, Lisboa; Antonio Rodrigues, Brasil; Antonio de Araujo, Melgaço; D. Pura Domingues, Melgaço; D. Maria Madalena da Cunha, Melgaço; Antonio Rodrigues, Melgaço; Victor Alves, Melgaço; Antonio Esteves, Lisboa; Afonso Rodrigues, Pedras Rubras; Menina Anesia de Jesus Cardoso, Brasil; Manuel Loureiro, Brasil; Professor Jorge, Vila de Caminha; Abilio Afonso, Melgaço; Manuel Inacio Domingues, Vila Nova de Famalicão; Ricardo de Jesus Rebelo, Beira Baixa; Armando Rodrigues, Melgaço; P. Antonio de Barros, Melgaço; Lourenço Figueiredo e Castro, Monção; Manuel Faustino Chafé Anha Daque, Viana do Castelo; Antonio Augusto Gomes, Melgaço; Antonio Rodrigues, Melgaço; Manuel Alves Salgueiro, Melgaço; Maximiano Augusto Alves, Vila Real de Santo Antonio, Algarve; Francisco da Conceição e Sousa-Amares; José Maria Martins, Amares.

A todos, muito obrigado.

Acabem

com isso!

(Continuação da 1.ª página)

vida de pecado e de vício. Não é, em geral, por causa da doutrina que se abandona primeiro e se maldiz depois a religião: é por causa dos preceitos que não há a coragem de cumprir.

Fazem-no finalmente outros, em obediência à «palavra de ordem» recebida do partido ou da seita a que pertencem. Muito ingénuo seria quem julgasse que ao serviço do Estado, mesmo Novo, se não encontravam, ainda agora, comunistas, maçônicos e quejandos, só porque o Partido Comunista e a Maçonaria são ilegais e andam vigiados pela polícia. E todos sabemos que tanto uns como outros, onde quer que se encontrem, e principalmente na engenharia burocrática dos Ministérios, nuaca esquecem uma das principais obrigações que contraíram: atacar a religião católica e todos os que a seguem, sempre e por todos os meios.

Triste sina a destes energúmenos! Nada sabem de religião, nem mesmo os mais rudimentares princípios do catecismo, e julgam-se no direito de atacar o que tão crassamente ignoram. Conduzem, muitas vezes, uma vida cheia de inferioridade, praticam, sem escrúpulos, acções condenadas por todo o direito, divino ou humano, andam-se calha, de braço dado com elementos da pior espécie, mas só lhes merece censuras e ódio a classe sacerdotal, de todas a que menos dá o que fazer à polícia e aos tribunais.

Pode entrar como funcionário na sua repartição um imoral, um sem-carácter, um desonesto. Não se incomodam. Mas se entra um católico ou uma católica praticante, apontamos logo a dedo como perigosos, criam-lhes ambiente de desconfiança e não há calúnia, baboseira, graça insossa, ou argumento parvo de que se não sirvam para ofender essas pessoas e as suas crenças.

Que misérias destas se passassem em reles tabernas; ainda se poderia esquecer-las; mas em repartições do Estado e dum Estado cujas normas jurídicas e orientações práticas se pretendem inspirar em princípios cristãos, já era tempo de acabarem, tanto mais que, segundo nos parece, não estão em harmonia com a Constituição que nos governa.

De «Novidade».

Vinhos Verdes

Um produto equilibrado e típico

De entre todas, as castas mais vulgarizadas e que servem de base à quase totalidade dos vinhos regionais são o azal, vinho, borraçal e espadeiro, entrando as restantes em diminuta percentagem. O azal dá vinhos um tanto descorados, medianamente ricos em álcool (8° a 9°), dotados de muita vida e agulha, mas com acidéz em excesso. O vinho, casta tinteireira por excelência, origina vinhos com muita cor e muito corpo, ligeiramente mais alcoólicos do que os do azal, geralmente de conservação difícil. O borraçal produz vinhos frouxos, salvo quando se consegue colhê-lo em bom estado de maturação e sem que tenha apodrecido, o que não constitui regra, pouco corados e de gradação média. Finalmente o espadeiro, casta mais sacarina, dá bons vinhos palhetes, de 9° a 10° de álcool aromáticos e com muito acidéz.

Da junção destas quatro castas, todas bastante produtivas, resulta um produto equilibrado e típico dentro dos vinhos verdes, principalmente quando o azal e espadeiro entram na lotação com cerca de 50 por cento. O abuso do vinho e borraçal é, muitas vezes, a causa primordial da inferiorização do produto.

O espadeiro, só por si, dá um original e agradável vinho de mesa, embora não seja o tipo recomendável para venda, por os gostos andarem demasiado alterados pelo comerciante.

Das restantes castas, de produção menos regular e mais exigentes em tratamentos, motivo porque tendem a desaparecer, salvo nos casos dos lavradores mais inteligentes e conhecedores, muito interessa promover a propagação do mourisco, verdelho doce, alvarelhão, pé de perdiz e doçar. São castas finas, produzindo óptimos vinhos de mesa, geralmente bastante graduados, macios, aromáticos e gazozos.

Se fosse possível conseguir-se a entrada destas castas em todas as vinhas da região, embora em percentagem reduzida—25 por cento—muito beneficiaria a qualidade dos vinhos e o quantitativo da produção não seria grandemente afectada e, que o fosse, valeria bem a compensação que daí adviria em obediência à política da

qualidade que vem sendo preconizada e que os interesses da própria região demarcada impõem.

Engenheiro agrónomo,
Américo Pires de Lima

A romaria da Peneda

e mais as outras..

(Continuação da 1.ª pag.)

tais ameaças. Quando faltarem na Peneda esses divertidos ou divertidores e os devotos recommencem a dirigir-se à Peneda em qualquer altura do ano os rendimentos aumentarão e serão ainda mais avultados.

Volvidas mais umas folhas, pode ler-se nos velhos tombos: «Tem muitos e bons quartéis feitos para acomodação do imenso povo que concorre com votos, orações e promessas quotidianamente e muito mais nos meses de todo Agosto e Setembro...»

Isto se escrevia em 1795, quando as obras se desenvolviam em harmonioso crescendo com prazer para os devotos do Santuário e seus mesários.

Depois, mais tarde, deixou de se ir à Peneda em qualquer altura, afluíram muitos foram levados por outros sentimentos que não os de verdadeiros e sinceros cristãos, a administração do Santuário andou por mãos profanas que o deixariam ir a uma derrocada lastimável.

Ainda bem que novos ares purificaram o ambiente.

Eu já expliquei que romaria nos traz ao sentido as peregrinações a Roma. Há dias, folheando *Portugalia Monumenta Historica*, vol. *scriptores*, a pág. 277, li que «Sueiro Mendes o Bom ... foi em romaria a Roma», e quiz trazer para aqui a fraze por ser de antigos manuscritos.

Hoje, porém, romaria tem um sentido muito adulterado que desdiz da nossa Religião.

Nós precisamos que as romarias se cristianizem e os divertimentos impróprios delas não tenham alicabimento.

Lá diz o ditado: cada mocho ao seu soute.

(CONTINUA)

Riba de Mouro 10 de Fevereiro de 1950.

P.e Bernardo

A VOZ DE MELGAÇO

Quinzenário católico e regionalista

Director e Administrador:
JULIO HILARIÃO VAZ

Redacção e Administração provisórias: Residência paroquial de Melgaço
Propriedade e impressão da «Empresa do Diário do Minho, Limitada» — Braga
AVENÇA

Chefe da Redacção e Editor:
CARLOS ANTÓNIO VAZ

ESTO DA ASSINATURA ANUAL 15\$00
ANO IV

MELGAÇO, 1 de Fevereiro de 1950

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA
N.º 17

Romaria da Peneda

e mais as outras

Vimos no último artigo que romaria deve receber nome de ir a Roma. A mesma coisa se diga de romagem.

Os cristãos queriam visitar os Lugares Santos da Palestina, mas isso era-lhes difícil já pela viagem dispendiosa, já pelo facto de os Maometanos terem conquistado essas paragens.

Voltaram-se então os cristãos para Roma, onde iam visitar reliquias sagradas para ali trazidas.

As peregrinações a Roma intensificaram-se com os jubileus do Ano Santo, o primeiro dos quais foi em 1300, repetidos ao fim de cada 50 anos até 1450 e ao fim de cada 25 anos daí para cá.

Em Roma há as quatro Basílicas maiores, cuja visita é prescrita no Ano Santo, a saber: S. Pedro do Vaticano, Santa Maria Maior, S. João de Latrão e S. Paulo fora de muros.

Ir a Roma!... Sim, ir a Roma e ver o Papa é uma alegria para os Cristãos, mas nem todos podem ir a Roma. É relativamente pequena a percentagem dos que podem realizar tal peregrinação. O Papa não esquece aqueles que não podem ir a Roma e por isso concede por vezes a facilidade de lucrar fora de Roma as mesmas graças que lá se concedem; e daí privilégios temporários ou perpétuos concedidos a diversos santuários.

Lembram-se os leitores que o ano de 1933 também foi Ano Santo? Esse foi extraordinário, quere dizer, fora da ordem estabelecida para se repetir de 25 em 25 anos. Foi atido ao XIX centenário da morte de Jesus Cristo. Anunciado pela rádio em 24 de Outubro de 1932 pelo Papa Pio XI, foi promulgado solenemente em 6 de Janeiro de 1933 para principiar no domingo da Paixão dia 2 de Abril desse ano e fechar no mesmo dia do ano de 1934.

O Papa foi comum de toda a Crístandade, não se esqueceu dos que não podiam ir a Roma, e, por isso, a 2 de Abril de 1934, ao fechar o Ano Santo em Roma, estendeu o mesmo jubileu a todo o mundo católico, porque *«nem todos os que o desejaram puderam vir a Roma para auferir os amplísimos tesouros da graça celestia»* diz o Santo Padre. (Bula *Quod superiore anno*).

Para lucrar as graças do Ano Santo prescrevia Pio XI que se fizessem visitas a quatro lugares sagrados, a semelhança das quatro Basílicas de Roma, reduzindo a menor número de lugares onde não houvesse tantos.

Aqui temos a verdadeira romaria, uma função religiosa como se fosse em Roma, com os mesmos privilégios. Fazer essas visitas na nossa terra era como se verdadeiramente fossemos a Roma.

Eu prometi dados inéditos sobre a Peneda e este já vai longo, mas queria fazer compreender aos leitores a ideia de romaria, que não pensem muitos que romaria é uma série de divertimentos profanos. Não. Romaria envolve um conceito religioso profundo.

Isto não vai a matar, e nós havemos de conversar muito sobre o assunto.

Por hoje queria chamar aos leitores a atenção para uma grande coluna de pedra que há na Peneda, no centro do largo ao fundo das capelas, largo que os habitantes da povoação designam *Pretório*. Essa coluna é encimada pelo Anjo S. Gabriel, e tem uma grande inscrição, que diz ter sido posta no ano 1787 pelos «Administradores deste Santuário depois de restaurarem suas ruínas, empetrarem a graça do Jubileu sagrado» etc.

(Continua na 4.ª página)

A Ford Purificação da Santíssima Virgem

celebrou o primeiro aniversário em Braga

Quarenta dias após aquele em que, jubilosamente, se celebra o Nascimento do Redentor, surge o festivo dia 2 de Fevereiro, dia em que a Santa Igreja nos convida ao Templo para contemplarmos a sublimidade do acto a realizar.

Os antigos povos de Roma, que viviam sob os falsos dogmas e superstições, escolhiam, para purificar, a luz tremeluzente de archotes, as suas casas, os seus rebanhos e campos, o dia 2 de Fevereiro; em contraposição, a Igreja Católica, Mãe carinhosa, escolheu tal dia, porque assim tinha de ser, para comemorar a purificação da Santíssima Virgem e a apresentação do Menino Jesus no Templo. Vulgarmente denomina-se — Senhora das Candeias —.

Esta é a festa mais antiga da Santíssima Virgem; no século IV, no Oriente, já era celebrada com grande pompa.

A lei mosaica prescrevia: *quarenta ou oitenta dias depois do nascimento dos seus filhos, quer do sexo masculino, quer do feminino, toda a mulher, por tal impura, irá ao Templo de Jerusalém purificar-se da mancha contraída, oferecendo, pelo seu resgate, um par de rolas e, sendo pobres, dois pombinhos. A SS.ma Virgem não estava, porém, obrigada ao cumprimento do sagrado texto, porque, se até ali fora Virgem, daí para o futuro mais pura e immaculada ficaria ainda. Maria, contudo, quis cumpri-lo.*

Quarenta dias após o divino parto, Maria, acompanhada de José, apresentou-se no Templo com o Menino nos braços sagrados. No átrio, oferece-O ao Sacerdote. Este, trémulo, toma-O nos seus vergôntes braços e O acaricia com as barbas brancas e hirtas, ao mesmo tempo que se lhe humedeciam com as lágrimas comovedoras que, pelo supremo ragozijo, lhe brotavam, espontaneamente, dos olhos aquecidos.

Entretanto, o velho e tartamudeante Simeão entoa a estrofe sublime:

«Agora já podes, Senhor, despedir o teu servo em santa paz, porque já os seus olhos viram o Salvador do mundo».

E, assim como os antigos Romanos purificavam os seus lares, campos e rebanhos, a luz de archotes, assim também os cristãos vão receber, das mãos do Ministro de Deus, a vela lenta que lhes traz a luz do Altíssimo para iluminar o espírito errante e aquecer a alma entorpecida... Eis a Senhora das Candeias!

L. B.

Aníbal Alves Viana do Castelo

Foi operado no Hospital da Ordem Terceira de Lisboa o nosso particular amigo Aníbal Alves, da Portela.

Também vai ser operada Sua Filha, esposa do nosso illustre colaborador Dr. Abel Varela Xetxas.

Aos nossos queridos doentes desejamos rápidas melhoras.

É esperada nesta cidade no domingo de Pascoela a imagem de N. Senhora de Fátima, que se venera na Cova da Iria.

A capital do Distrito está a preparar-se afanosamente para levar a bom termo uma grandiosa manifestação à gloriosa Mãe de Deus.

Sabemos que de Melgaço virão muitos fiéis.

Há um ano que o nosso jornal deu a grata notícia à cidade de Braga da inauguração das suas instalações nesta cidade.

Hoje — e com júbilo o fazemos — damos à cidade e à província a festiva boa nova da celebração do seu primeiro aniversário.

De manhã, o digno Arcebispo de Braga, P.e João Manuel de Barros, celebrou missa, a que assistiu todo o pessoal da Ford, tendo no momento oportuno feito uma prática, oportuna e concelhuosa.

A's 20 horas, na Estação de Serviço da Ford — bico e moderno edifício, que honra a cidade — foi descerado um retrato dos sócios, homenagem dos empregados da casa aos seus patrões: Artur Teixeira, José Ralhada, Domingos Baptista e Manuel Baptista.

Desceitou o retrato o empregado Sílvio Baptista, proferindo algumas palavras de agradecimento ao funcionário superior Vasco Taxa.

Em seguida realizou-se um jantar de confraternização de patrões, convidados e operários.

Aos brindes, falou, em primeiro lugar, o rev. do Arcebispo. Seguiu-se o Sr. Manuel Santos da Cunha; dig. no Delegado do Trabalho, interino, Dr. Francisco Matos Chaves, um operário da casa, Augusto Martins, Dr. Amândio César e P.e João Vaz.

Todos exaltarão a natureza daquele ambiente — união sentida e de patrões e operários — e desejaram à firma Ralhada & Teixeira as maiores prosperidades.

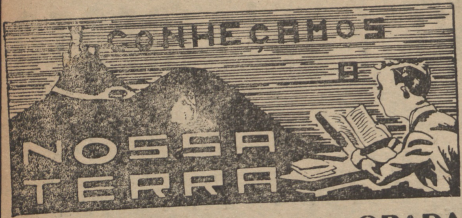
Domingos Baptista encenou a série de brindes, agradecendo a presença dos bons amigos e dirigindo calorosas saudações aos operários.

Para assistirem à festa, em que foram jubilosamente homenageados pelos seus operários, estiveram nesta cidade os srs. José Ralhada, de Viana do Castelo, e Artur Teixeira, de Melgaço.

Associação dos gostosamente à homenagem que lhes foi prestada bem como aos srs. Domingos e Manuel Baptista.

(De «Diário do Minho» de 26-1-1950)

«A Voz de Melgaço» saudou os seus amigos e confrades, desejando-lhes as maiores prosperidades.



LIV - A SENHORA DA ORADA E SEUS CLAMORES

A Senhora da Orada mereceu muito a devoção do povo das redondezas que aqui acorria aos actos do culto.

Refere Fr. Agostinho de Santa Maria, ao descrever a Senhora da Orada no seu *Sanctuario Mariano*, (tomo IV editado em 1712), que a maior parte das freguesias do termo de Monção «por voto que antigamente fizeram em tempo de uma grande peste de que ficou preservada a mesma vila e as freguesias do seu termo» vinham em romagem a este santuario todos os anos de de Ascenção ao Espirito Santo, «também muitas freguesias do termo de Valadares e todas as do termo de Melgaço».

Em qualquer ocasião que o povo quizesse pedir especiais graças do céu organizava clamores à Senhora da Orada, para pedir chuva que não se prolongavam as estagões, para pedir bom tempo quando as chuvas aturavam muito tempo, etc.

Esses costumes foram caindo em desuso, e as mesmas romagens dependentes de voto ou promessa foram terminando.

Apenas uma se conserva ainda, regularmente na 2ª feira do Espirito Santo: é o clamor de Riba de Mouro, freguesia que foi do extinto concelho de Valadares e agora é do de Monção.

Os clamores de estilo antigo foram interditos pela Autoridade Ecclesiastica, porque era difficil, poderíamos dizer a té, moralmente impossivel realizarem-se com a devida compostura.

As procissões eram organizadas na freguesia de origem e vinham recolher ao templo da Orada. Algumas voltavam a recolher no local de partida.

Compreende-se que uma vez ou outra, debaixo da impressão de qualquer calamidade, o povo se mantivesse com percursos, mas isso é normalmente difficil, e basta cada um ajulzar por nós mesmos.

Mas então como é que o povo de Riba de Mouro realiza a sua tradicional romagem? Serão de psicologia diferente do comum dos homens os habitantes dessa freguesia?

Os de Riba de Mouro não são diferentes, são gente como a outra. O seu clamor é que nunca foi como os outros.

A sua origem não foi a calamidade da peste, como para os outros, mas o destroço causado na cultura do milho por certos vermes. A sua realização, que me consta, nunca foi de grande precurso.

A ROMARIA DA PENEDA

(Continuação da 1ª página)

Reparem os leitores que os administradores dizem terem empêtrado a graça do Jubileu sagrado e por certo a conseguiram, porque de contrário não falavam dela na inscrição. Que Jubileu foi? Talvez o de 1775, ou quaisquer outros privilégios perpétuos de que se tenha perdido memoria.

Riba de Mouro, 25 de Janeiro de 1950.
P.e BERNARDO

A Lavoura minhota no Parlamento

(Continuação da 3ª página)

se atender a todos os sub-problemas que são partes essenciais do problema agrícola e agrário da Nação.

Do Minho tem-se tido menos cuidado porque é pobre, e a gente pobre é mais sofrível, e, por não ter por vezes nem cultura nem dinheiro para se deslocar a Lisboa e apertar nos Ministérios, succede-lhe o mesmo que áquelles que, não se fazendo lembrar, são mais facilmente esquecidos. A lavoura minhota é, de facto a mais esquecida porque nada tem feito para ser lembrada.

O meu illustre colega D.º Elísio Pimenta tratou admiravelmente o problema, e eu quero, na pessoa de Elísio Pimenta, felicitar aqui os funcionários públicos que, como ele, além de burocratas, têm também alma e se interessam pelas necessidades da sua região. Elísio Pimenta é um funcionário em Monção, terra a que me honro de pertencer e na qual me não encontro porque o meu superior hierárquico entende em outra região da arquidiocese de Braga. Mas Elísio Pimenta sente como eu e como muitos funcionários as necessidades da terra minhota e a justiça que assiste á sua população. Apresse-me aqui a saudá-lo e a todos aquelles que cumprem o seu dever.

As falas de lavoura, e em particular da lavoura norteinha, faltaria a um dever se não lembrasse a pessoa do Sr. Coronel Linhares de Lima, que, quando Ministro da Agricultura, não esqueceu a agricultura da pobre região minhota.

Vozes! - Muito bem! O Orador: - Cnio que o problema em discussão tem de ser tratado mais desenvolvidamente. E, com a documentação que temos, eu e o Sr. Deputado Elísio Pimenta teremos de apresentar talvez um aviso prévio, a fim de que se genere, e o debate e possam considerar-se todos os aspectos do problema agrícola e do problema económico português em relação com a agricultura.

Há nas afirmações do Sr. Deputado Elísio Pimenta alguma coisa que quero sublinhar.

Em primeiro lugar, disse S. Ex.ª que há hoje milho colonial em abundância no Norte, e é verdade. Mas de que serve haver milho colonial se não há poder de compra da parte dos pobres e dos pequenos proprietários, que quase só por aí se podem chamar proprietários, porque não tiram das suas terras o necessário para sustentar as suas famílias?

Fez S. Ex.ª justiça á acção do actual Subsecretário de Estado do Comércio, engenheiro Jorge Jardim, e quero também fazer-lhe essa justiça, porque S. Ex.ª remediou muitos males e corrigiu muitos erros que se tinham praticado até ali na matéria de distribuir o milho. Ou eu não entendo nada da organização corporativa, ou me parece que, havendo organismos corporativos da lavoura, é através desses organismos que se há-de fazer a distribuição do milho ao lavrador que dele carece.

Não o reconhecer é enfraquecer a organização corporativa e não lhe dar o lugar a que tem direito na economia do país.

No regime anterior á actualção do Sr. Engenheiro Jorge Jardim eram negociantes andinheirados, que pelo seu dinheiro

eram capazes de fiarnciar o milho, os que mandavam e que tinham quase o monopólio da sua distribuição.

Isto não faz sentido em boa organização corporativa.

(CONCLUSÃO)

O SR. ELÍLIO PIMENTA: - Há um despacho do Sr. Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria de há dias que resolve completamente o problema, evitando os monopólios do milho.

O ORADOR: - O Sr. Deputado Elísio Pimenta já me tinha falado de que nesse ponto o Sr. Engenheiro Jorge Jardim quis acatular o público da ganância na distribuição, publicando uma circular nesse sentido.

Agora as coisas estão melhor organizadas, e só a certos negociantes é que se concede o direito de distribuir o milho.

Os grêmios da lavoura, que são associações profissionais do lavrador, devem ser os preferidos para a distribuição do milho ao lavrador.

Quanto ao problema florestal, temos de distinguir entre as intenções de Governo ao decretar o repovoamento florestal e a maneira como têm sido executadas as leis publicadas nesse sentido.

Mais ainda: quero fazer outra distinção, porquanto não gozo de ser injusto. Quero fazer justiça á intenção dos que executavam as leis do regime florestal, mas entendo que se florestaram dentro do serviço de repovoamento florestal, prejudicando outras culturas mais necessárias á vida das populações serranas está a ser executado.

Para se ver as injustiças que se cometem eu cito alguns factos:

Há logradouros que por lei não podem ser afonados nem sujeitos ao regime florestal. Pois, apesar disso, quem actua na execução das leis do regime florestal proibe que as populações se sirvam dos logradouros, ficando sem lenha onde trabalhar as suas lenhas, sem ter onde apascentar os seus gados, quer dizer, ficando com a sua actividade quase paralisada.

Mais ainda: há terrenos particulares Comissos no cadastro matricial, que, por isso, foram sujeitos ao regime florestal. Os proprietários possuem esses terrenos desde tempos imemoriaes mas não podem hoje apresentar títulos que provem que lhes pertencem, e succede que sem respeito de espécie alguma por um direito imemorial, e o costume faz lei...

O SR. BRAGA DA CRUZ: - Há uma decisão judicial que marca o direito de propriedade a determinados indivíduos, cujo direito este que não foi devidamente reconhecido nem sancionado pelos Serviços Florestais, o que representa o desrespeito da justiça em Portugal.

O ORADOR: - A intervenção de V. Ex.ª só vem dar força ás muitas considerações. Mas há mais: há matas que pertencem ás juntas de freguesia com cujos rendimentos elas realizavam os melhoramentos nas suas paróquias.

Pois, sem respeito pelos direitos das juntas de freguesia, os Serviços Florestais apossam-se dessas matas, correndo á vontade a plantação e chutando-lhe coisa sua!

Há ainda mais: é da lei que o particular que faz plantações nos baldios tem direito a abater as árvores e a aproveitar-se da lenha dessas mesmas árvores que plantou.

Ora succede que muitos montes já tinham arborização. Essas árvores pertenciam, pois, a particulares, que fizeram acção que o Estado já não tinha de fazer; não se compreendem, pois, que o Estado se apresse daquilo que lhe não pertence nem que tenha de arborizar o que já está arborizado.

Ainda mais, Sr. Presidente e Sr. Deputados: para pôr em prática ou em execução o regime florestal de harmonia com a lei que o regula arbitrou-se que se abonariam 50500 as câmaras municipais e ás juntas de freguesia por cada hectare de terreno.

Ora têm acontecido coisas como estas: havia terrenos já com arvores. Algumas das árvores do terreno caíram com o último ciclone, dando 40 ou 50 contos de rendimento as freguesias e juntas de paróquia. Pois esses terrenos são pagos pelo regime florestal á base de 50500 por hectare, quando tinham lá árvores que valiam dezenas de contos.

Eu vou terminar, Sr. Presidente, porque creio que já vai passada a hora de se usar da palavra antes da ordem do dia. E termino com uma recordação das minhas leituras. E a recordação é esta: num momento de vagar vieram-me á memória as memórias do marechal Lyauté, que era um assombroso organizador, diz-nos nessas memórias que foi encarregado pelo Governo Francés de organizar os correios em Africa.

Eu vou regulamentar que o Governo Francés da metrópole lhe dêra e segundo os quais devia organizar os correios em Africa.

Organizador como era, considerando a sua responsabilidade, sabendo o que fazia, o marechal Lyauté começou o seu trabalho com os ajudantes que o Governo lhe dera.

E é que confessa nas suas memórias que a primeira coisa que teve a fazer para organizar os correios em Africa foi rasgar os regulamentos que o Governo lhe mandára da metrópole. Quer isto dizer que é necessário ter um critério inteligente da aplicação da lei e que esta se faz para o bem comum. Os próprios florestal dizem que devem fazer-se inquéritos para conhecer as dificuldades das respectivas populações e o seu modo de vida e respeitá-lo.

Eu sei que com más leis se podem fazer coisas excelentes, mas é necessário que não atreamos as leis boas e que não acarretemos ódios para leis que tinham em vista enriquecer e dar melhores condições ás populações rurais, ou, precisando mais, ás populações serranas. Numa exposição feita por um advogado, da qual tenho uma cópia em meu poder, termina-se desta maneira: se é para isto que executa as suas leis a sua obra.

VOZES: - Muito bem, muito bem!
O orador foi muito cumprimentado.